

Trabalho é a arma do professor

Secretaria de Educação, Regina de Assis afirma que salários não podem justificar a baixa produtividade

Para a secretária Regina de Assis, a realização do Congresso Internacional Cidade e Educação na Cultura da Paz, mais que um evento resultante da função que exerce até o final deste ano à frente da pasta da Educação, é um momento de balanço da sua opção de vida como mulher que optou pela carreira de professora. Além disso, Regina encarou o momento como um encontro frente a frente com sua equipe, a mais próxima, da secretaria, e a mais distante, que são as professoras e professores das mil e tantas escolas da rede, "por quem eu tenho um apreço e um respeito enormes, frisa.

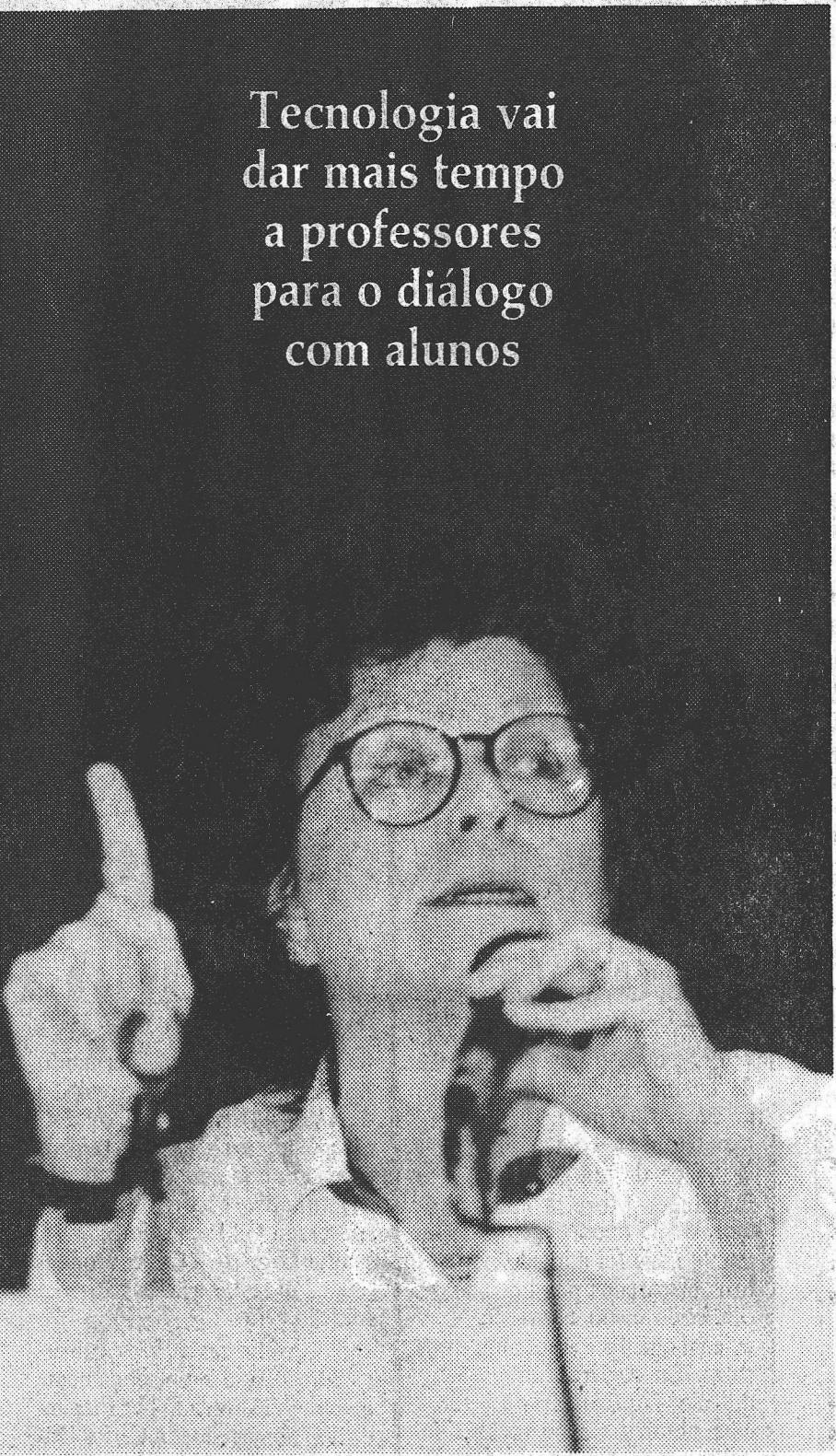
— Meu desejo era trazer o que havia de melhor para as discussões e perceber que este momento é de uma riqueza única, pois se percebe, por tudo que se discutiu aqui, que existem respostas para os nossos problemas, sim, desde que nós professores deixemos de lado uma eterna vitimização, porque ganhamos mal e justificamos com isso nossa baixa produção. Muitos que estiveram aqui ganham mal, como a maioria neste país, onde o trabalho não é valorizado. Mas, em nenhum momento, o problema do meu baixo salário me limitou, embora tenha sido muitas vezes obrigada a buscar outros caminhos, mas sem abandonar o magistério, desabafou a secretária.

Para ela, governantes, academia e população em geral só respeitam o professor por seu trabalho. E esse trabalho pode ser o único capaz de resgatar as crianças, das mais fáceis às mais difíceis, indicando que a escola é um marco na luta entre as famílias e os atrativos da vida marginal, especificamente o tráfico, que traz dinheiro fácil. Ou ainda, no caso das meninas, a escola pode ser uma barreira à entrada precoce na maternidade. A situação que enfrentamos neste final de milênio é de grande perplexidade,

porque falhamos com nossas academias, na área de ciências humanas, na tarefa de prever e oferecer soluções. Temos que apontar para a necessidade de associações construtivas nas áreas responsáveis pelas políticas sociais, para que a família, as mães, possam educar seus filhos sem despejar nos ombros do professor a tarefa de formar o jovem, acrescentou a secretária, lamentando que muitas vezes o professor tenha que deixar de lado sua missão para resolver problemas que deveriam estar a cargo de outras instâncias.

Regina de Assis acredita que situações de perplexidade e desalento pedem soluções não convencionais, e reiterou o que vários conferencistas afirmaram, batendo na mesma tecla: Educação é um trabalho que tem que contar com a esperança do começo ao fim e que tem que supor a possibilidade de transformar, não apenas através da lógica e da razão, mas através do amor, do afeto, do reconhecimento de códigos de valores e visões diferenciadas. Regina reconhece, nesse contexto, a importância das religiões, quando elas fazem o trabalho de religar o homem na sua natureza. E citou as principais correntes religiosas do povo brasileiro, do candomblé ao budismo.

Para a secretária, que na sua gestão implantou a multi-educação, colocando o Rio de Janeiro um passo à frente na apropriação das tecnologias educacionais, o congresso deve ser visto como um hino à vida, através de uma ação que unindo educação e cultura, não só nessa perspectiva de articulação entre ciências e políticas sociais e humanas, mas na articulação entre o governo eleito pelo voto popular e a sociedade viva, religiões, forças armadas, polícias, artistas, a mídia, as associações de interesses - como as oficinas da palavra - possa modificar a vida na cidade,



Tecnologia vai dar mais tempo a professores para o diálogo com alunos

entendendo que as cidades têm a responsabilidade de educar para realizar o sonho da não-violência, diz a secretária.

Regina não vê a paz apenas como a oposição à guerra, ao tráfico, ao crime organizado, mas a paz não entendida como momento de estagnação, de apatia, mas de vivência frutuosa dos conflitos, das contradições e da busca de não-violência. Uma não-violência que precisa ser conquistada pelas escolas e dentro de cada sala de aula, onde se violenta muito, quando se derrota a criança, quando não se ouve a voz da criança, quando sequer se permite que a criança tenha voz e vez, quando as verdades são dogmáticas, quando o professor se justifica como bom professor, excluindo as crianças através de uma reprovação sistemática, em massa, ou discriminatória, seja por gênero, raça ou classe. Todos esses preconceitos dentro da sala de aula excluem. E são, portanto, violências, definiu a secretária.

Avaliando o que foi discutido no encontro, Regina de Assis não tem dúvida de que a escola é o lugar onde as vozes devem ser ouvidas, e entendidas na sua multiplicidade de sentidos, levando todos a um significado comum dos conhecimentos e valores. Todos têm direito de aprender matemática, língua portuguesa, ciências, geografia etc, mas a eles se pode chegar por vários caminhos e sentidos, sempre em clima de diálogo, explica, certa de que a presença de todos os especialistas que foram convidados é a prova de que os temas ali debatidos -- organizados em seis áreas - são, não apenas de interesse do Rio de Janeiro e do Brasil, mas de países tanto da América Latina, como do primeiro mundo.

Ao conceber as áreas temáticas, a secretária pensou justamente nessa perspectiva de unir esforços.

No tema das políticas sociais, a idéia era discutir possibilidades de atuação que olhem para as pessoas e não para os interesses de cada secretaria. Na questão da pluralidade cultural, pensamos nas inúmeras correntes migratórias nacionais e internacionais que devem ter eco nas salas de aula, e isso só é possível incorporando novas linguagens, para apoiar o trabalho do professor -- digo e repito -- que é o intérprete privilegiado do tempo que a gente vive e não será substituído. A ferramenta é para liberar tempo do professor para o contato pelo diálogo, garante.

A secretária reconhece, porém, que nada disso se realizará se não tivermos salário. E eu espero que a Câmara dos Vereadores, junto com o sindicato, entenda que neste momento existe uma administração pública que tem meios de pagar o que foi proposto, graças à política de arrecadação da administração Cesar Maia, que trouxe mais dinheiro para a Educação. O projeto já está na Câmara há um ano e nunca foi votado. É um projeto que acopla um piso salarial de 500 reais sobre o qual incidirão triênios e vantagens, mais a qualificação continuada. Mas que não deixa de levar em conta que seria injusto premiar quem não trabalha bem e, por isso, leva em conta também a produtividade, disse Regina.

Finalizando, a secretária de Educação fez questão de exortar os professores da rede a entenderem que sua gestão tem um projeto educacional e não um projeto político-partidário. Respeitamos todos os partidos representados na nossa equipe. E queria que os professores não limitassem a sua ação a um reducionismo político-partidário estéril, ao sindicalismo estéril, porque é importante gritar e denunciar, mas é importante também dialogar, concluiu.